

# Fronteiras da cidade: limites do humano

Cláudia Luna Silva\*

## RESUMO

A questão das fronteiras (tanto reais como simbólicas) é fundamental para compreender o imaginário e a história latino-americanas. Ao se constituírem das nações independentes, no século XIX, a cidade letrada se reorganiza e preenche o vazio de discurso produzindo um imaginário nacional unificador e homogeneizante. O intelectual propõe representações da alteridade, delimita papéis sociais e processos de inclusão ou exclusão da “cidade ideal”.

**Palavras-chave:** Fronteira. Alteridade. Cidade. Intolerância.

## Introdução

Indubitavelmente Ángel Rama marcou o pensamento crítico latino-americano do século XX com suas reflexões sobre a cidade letrada (1985), para ele caracterizada pela presença de uma rede escritural que busca ordenar e organizar a sociedade real a seu redor. Seguindo suas pegadas, buscaremos, neste trabalho, esboçar algumas reflexões sobre a constituição das fronteiras internas e externas, que se erguem isolando os espaços urbanos e a natureza indomável, e sobre suas muralhas – reais ou imaginárias, que excluem grandes parcelas da população latino-americana. Dada a amplitude do tema, após algumas reflexões iniciais, selecionamos um caso que consideramos emblemático: a luta de fronteiras entre brancos e índios, no território platino, em sua relação com a construção de um projeto nacional argentino, no século XIX, tal como mentado pela geração de 37<sup>1</sup>.

## 1 A questão da fronteira

É sabido que a *Enciclopédia Einaudi*, famosa coleção dirigida por Ruggiero Romano (1989), dispõe seus verbetes por constelações temáticas, buscando alcançar considerável abrangência na produção de conhecimento. Cada termo surge, no interior do fascículo, associado a uma série de outros, cada um desenvolvido em capítulo próprio. Pois, no fascículo destinado ao eixo temático ESTADO / NAÇÃO, encontra-se um capítulo dedicado especificamente ao tema *fronteira*, redigido por Benedict Zientara. Analisar o tema segundo a perspectiva do campo semântico em que se insere, naquela obra, pode ser exercício produtivo, pois o recorte talvez nos ajude a compreender seu amplo espectro de significações e determinantes. Os demais capítulos tratam, respectivamente, de *pacto – poder e autoridade – norma – constituição – sociedade civil – relação entre público e privado – democracia ou ditadura – Estado – nação – impérios – armas – guerra – táticas – estratégia*. De início, podemos discriminar neste conjunto dois grupos centrais: o primeiro definiria fronteira a partir da relação com um *contrato social*, onde o elemento aglutinador é o termo *sociedade civil*: pacto, poder, cons-

---

\* Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

tituição, desembocando na organização da sociedade segundo certas regras, normas e costumes, garantindo a emergência da *polis* – cidade, cidadão, cidadania. Em última análise, a organização social que garante a constituição do Estado. Sua abrangência parte da organização da comunidade em cidades-estado até a constituição das nações modernas, em que a figura do Rei perde espaço e se faz necessário um Contrato Social pautado nas relações entre pares. Digamos que se trata de uma definição interna, baseada na noção de identidade e *pertencimento*, ou seja, aquilo que está contido *dentro* das fronteiras.

Em seguida, temos a definição do termo por aquilo que lhe é “externo”, o que está além dos limites: a alteridade. É exatamente aí que a noção de fronteira demonstra a complexidade de que se investe, pois (e assim o fará em seguida o autor do capítulo) abarca um leque de significações: limite, confim, desafio para a expansão, borda com a natureza, espaço de encontro ou conflito com o outro. Deve-se ressaltar um ponto chave: seu caráter dinâmico e móvel, já que o conceito de fronteira, ao contrário do que imagina o senso comum, raramente se concretiza em uma linha divisória; configura antes uma zona, uma faixa que oscila entre dois pólos, segundo o contexto histórico: permeabilidade ou impermeabilidade; paz ou guerra, dependendo permanentemente de estratégias dos grupos humanos e das armas de que dispõem.

Zientara menciona uma interessante definição de fronteira, feita por Ratzel, no livro *Antropogeografia*. Para este autor “a fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”. Sua origem, portanto, está associada ao movimento “que é próprio de cada ser vivo”, e por isso ela é móvel (ZIENTARA, 1989, p. 307). Sob tal perspectiva, ele conclui:

A fronteira não implica uma zona de paragem duradoura, mas sim a paragem perante a falta de condições vitais necessárias, ou então perante a resistência doutro movimento em sentido contrário. A fronteira poderá ser avançada se as condições vitais mudarem nesse sentido, ou então se o movimento em sentido contrário enfraquecer. A mobilidade é portanto um caráter intrínseco da fronteira, mesmo se algumas sociedades humanas tendem a fixar definitivamente as suas próprias fronteiras (ZIENTARA, 1989, p. 306).

A fronteira pode ser interpretada como dado natural ou cultural, e constituir-se em objeto de estudo para múltiplas áreas, como Antropogeografia, Antropologia Cultural, Sociologia, Economia Política ou História. Do ponto de vista cultural vigora atualmente sua associação a uma “comunidade imaginada”, noção cunhada por Benedict Anderson (1989), em estudo clássico que, em seu esforço por determinar os elementos que garantem a coesão de um grupo social a partir da noção de *pertencimento*, configura, implicitamente, a noção de fronteira, ou seja, os limites – tanto físicos como simbólicos – que determinam a participação ou não dentro desta “comunidade”. Nós, latino-americanos, fomos simultaneamente nomeados e divididos, como recordou Márcia Paraquett<sup>2</sup>, quando a América Latina recebeu da Igreja o traçado imaginário de uma linha vertical, primeira punhalada de morte na rica trama de fronteiras e intercâmbios entre inúmeros povos e culturas pré-colombianas, através do Tratado de Tordesilhas. A estas muitas outras fronteiras se sobrepuseram de forma desigual, a partir da conquista e colonização, propiciando um complexo jogo de entrecruzamentos entre aspectos ora confluentes, ora antagônicos, elementos estes que podemos figurar numa série de oposições, como apontaremos a seguir.

## 2 Cidade ou não cidade – a luta entre cosmos e caos

A primeira e uma das mais determinantes oposições seria a relação entre cidade e *não* cidade. Considero que a oposição entre campo e cidade, trabalhada por Raymond Williams

(1990), evidentemente válida para a relação entre sociedades agrárias e sociedades urbanas europeias, em nosso continente se torna mais problemática, já que aos termos se aderem componentes utópicos. O *campo*, tal como o imaginavam os primeiros viajantes ultramarinos, se constituiria como cenário idílico, relacionado indelevelmente a utopias medievais como as da Cocanha, do Paraíso Terrenal, ao mito da natureza sempre benfazeja e generosa, ao clima primaveril, à abundância e fartura. Por outro lado, devido à necessidade de consolidação de uma ordem ideal, ou seja, o modelo racional europeu a ser transplantado, vê-se a associação da *urbe* ao cosmos e a caracterização dos demais espaços como caóticos. Não é fruto do acaso que grande parte dos mapas das cidades hispano-americanas as mostre claramente como tabuleiros de xadrez. Trata-se da luta entre cultura, na concepção ocidental, como oposta à natureza, que deve ser domada, conquistada, o que evidenciam bem as metáforas de cunho sexual que se associam a ela: natureza virgem é aquela que não foi penetrada ou dominada pelos homens.

Como bem lembra Leopoldo Zea (2005), o centro do poder pertence àquele que detém o *logos* ordenador. Para os gregos, a barbárie significava a incapacidade de falar o grego; para os romanos, a ausência da lei, do direito e da ordem da cidade. No seu *Discurso desde a marginalização e a barbárie*, o autor mexicano nos apresenta um elucidativo painel da alternância de posições no jogo do poder entre civilizados e bárbaros, ao longo da história europeia, cujas fronteiras sempre se caracterizariam pela oscilação. A dicotomia entre civilização e barbárie se aplicará aos povos isolados do centro da Europa por acidentes geográficos, constituindo-se como “povos-fronteira” tanto em relação à Europa como à Ásia e África, como espanhóis ou russos, “por isso mesmo, considerados como bárbaros quando pretendiam ser europeus; mas povos que não se sentiam nem asiáticos nem africanos” (ZEA, 2005, p. 52).

Há outro aspecto a considerar: se compreendemos fronteira como *limite perceptivo*, verificamos a incapacidade do europeu em se relacionar com a natureza fora dos parâmetros de dominação que estabelece *a priori*. Por isso, a natureza americana, de espaço idílico, terra de promessa, manifestação do paraíso terreno, se converte em cenário de medo e horror, e daí se sucedem as representações que se impregnam tanto ao imaginário culto como ao popular, e que expressaríamos através de fantasias a respeito da selva como devoradora dos homens; do deserto como espaço de inumeráveis perigos; da cordilheira como local adverso e traiçoeiro, e assim por diante. Em suma, trata-se de um processo em que os acidentes naturais do continente passam a ser representados como impenetráveis e vingativos, submetidos a curioso processo de *antropomorfização*, como que a conduzir a vingança pelo sangue vertido por suas “veias abertas”, para lembrar Galeano.

Mas voltemos a Zientara. Reflete ele, em citação longa, mas necessária:

O fator constitutivo das fronteiras é sempre uma comunidade que consiste numa organização mais ou menos vasta, mais ou menos estável. Pode ser uma comunidade econômica que transforma a paisagem natural em paisagem cultural, ou uma comunidade política que, seguindo diversos caminhos, se desenvolve transformando-se de tribo em Estado como também uma comunidade de origem religiosa se pode organizar em Estado. À tendência em fazer coincidir as fronteiras lingüísticas, culturais e econômicas com as estatais, opõe-se sempre outra em sentido contrário, como tendência à diferenciação das sociedades e à ultrapassagem dos limites pelos próprios grupos (ZIENTARA, 1989, p. 308).

Há, em suma, duas tendências opostas: expansão ou conservação. O princípio expansionista, característico dos grandes impérios ao longo da história, foi o fator determinante do processo de

conquista e colonização da América Latina por Espanha e Portugal (considerados periféricos pela centralidade européia). Sua expansão tem sua matriz legitimadora em fontes imemoriais, ou seja, na percepção da fronteira “como um limite entre o âmbito da vida quotidiana e o que lhe é estranho” (ZIENTARA, 1989, p. 310), associado, sempiternamente, com o hostil – não necessariamente uma terra habitada pelo outro (o estrangeiro, o desconhecido, o bárbaro), mas também regiões desabitadas, sujeitas a forças estranhas e malévolas. Considerando a questão sob o prisma religioso, o espaço interino seria protegido pelas divindades do grupo; externamente, a terra seria habitada por demônios ou deuses de outras comunidades. Ao mesmo tempo, o vazio do espaço ou a falta de resistência à conquista seria interpretado como sinal inequívoco do caráter favorável da expansão, dentro da visão providencialista subjacente à empresa.

Decorre daí um processo que se inicia pelo aspecto físico: a transformação da natureza segundo princípios europeus, com a concomitante utilização do espaço como palco da dominação na *guerra de imagens*. Lembremo-nos especificamente da destruição de monumentos de astecas e incas com subsequente superposição de catedrais e edifícios administrativos espanhóis, ou seja, a sobreposição de elementos artísticos e arquitetônicos, esfacelando a memória das dezenas de povos e culturas que povoavam todo o território americano, para sobre suas ruínas erguer a estrutura colonial, construindo mais um capítulo da história ocidental sob a perspectiva dos vencedores.

Implícito ao processo está a desconsideração dos traços culturais dos povos pré-colombianos e sua significativa associação à paisagem – são os “naturais” da terra, conjuntura complexa onde vigora a destruição de sua memória e a negação de legitimidade a seus valores religiosos, artísticos e culturais. Se isso ocorre de forma evidente nas chamadas altas culturas, grandes civilizações que têm suas cidades desfiguradas e rebatizadas, que dizer do contato com o caos da floresta? Refiro-me à incapacidade de perceber a intervenção não invasora na paisagem natural como índice de cultura. Em artigo magistral, Philippe Descola apresenta o resultado de estudos científicos recentes que revelam algo inusitado: a Amazônia, tal como a conhecemos, é fruto de processos milenares de civilização, baseados em intervenção harmônica, o que a torna sempre renovada. O autor assinala que:

A fisionomia atual da floresta amazônica é em parte resultado de vários milênios de ocupação humana, que a transformaram profundamente, produzida pelos ameríndios ao cabo de uma longa elaboração cultural; essa natureza só é *virgem* [grifo nosso] na imaginação ocidental. Esse fenômeno, por muito tempo desconhecido, de antropização indireta do ecossistema florestal foi muito bem descrito nos estudos que William Balée (1994) consagrou à ecologia histórica dos índios Kaapor do Maranhão (DESCOLA, 1994, p. 115).

Nessa região, portanto, ele conclui que “a natureza é na verdade muito pouco natural, podendo ao contrário ser considerada o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora” (DESCOLA, 1994, p. 115), segundo critérios que, acrescento, hoje em dia atenderiam perfeitamente aos ditames de uma ocupação *ecologicamente correta*. Tal “descoberta” contraria a tradicional associação dos povos da floresta a selvagens incultos, indolentes e ferozes. Não podemos esquecer que muitos deles conseguiram a proeza de resistir e sobreviver a investidas seculares, como, por exemplo, os povos shuares (antigos jíbaros), que repeliram as investidas de incas, espanhóis, aventureiros, missionários e tantos outros que tentaram e ainda tentam, hoje sob a máscara do interesse científico, apropriar-se de suas terras e riquezas e manipulá-los para fins escusos.

Da mesma forma, em terras platinas foi ferrenha a resistência das populações autóctones à conquista espanhola, o que se refletiu na oscilação das fronteiras entre territórios de brancos e de índios, na sucessão de investidas, de ambos os lados, na alternância entre períodos de paz negociada e de confrontos armados. Um processo tensionado que atravessaria os séculos do poder colonial,

permanecendo como desafio para os governantes republicanos, que, em geral, seguirão a política de alianças com tribos amigas ou aliadas e de ataque às tribos inimigas (RATTO, 1994), até culminar na Campanha do Deserto, de 1878-9, quando serão exterminadas grandes parcelas da população indígena e eliminadas as “fronteiras internas” que ameaçavam a integridade territorial da nação.

### 3 A cidade ideal em território platino

Se o conquistador ibérico implantou o modelo ocidental de civilização, no Novo Mundo, ao extinguir-se o mundo colonial, durante a etapa de constituição das nações latino-americanas, no século XIX, é necessário que a *cidade letrada* se reorganize, em termos institucionais, e preencha o vazio de discurso através da produção de um imaginário nacional unificador e homogeneizante. Nesse processo, o intelectual hispano-americano, eterno comprometido, assume a tarefa de propor representações da alteridade, delimitando papéis sociais, estabelecendo mecanismos de inclusão ou exclusão em sua “cidade ideal”. Elaboração das constituições nacionais, atribuição de direitos e deveres, limites da cidadania, acesso a educação e cultura, direito a voto – todos são temas amplamente debatidos pela elite letrada, num processo que, em última análise, exige que se defina um projeto de fronteira tanto real quanto simbólica. Não esqueçamos que nos anos que se seguem às guerras de independência as elites acenam com benefícios para seus *companheiros de campo de batalha* – aos negros se concedem a liberdade ou benesses compensatórias; aos índios se retira a imposição de serviços obrigatórios, como a *mita*; quanto às mulheres, se lhes concede certo direito à educação e maior trânsito entre o público e o privado. Mas tudo com muita cautela... Evidentemente, as principais conquistas seriam fruto de longos processos de luta.

No século XIX também o tema da paisagem é revisitado, reorganizando antigas oposições e garantindo os espaços da cidade ideal, vinculada agora a intentos modernizadores, o que levaria à irônica uniformização de consignas – termos como *progresso*, *civilização*, *luzes* ou *educação* são utilizados indistintamente por grupos e facções políticas opostas, dentro de um tortuoso espectro político que oscilava basicamente entre liberais e conservadores. Neste período, consideramos que há uma interpretação que se torna modelar. Notabilizada por Sarmiento na consigna “civilização ou barbárie” (significativamente se altera a preposição “e” do subtítulo de *Facundo*), no contexto argentino o tema da fronteira se redefine a partir da interpretação literária efetuada por Esteban Echeverría. Líder da geração de 1837, que tenta inicialmente resolver a disputa entre os grupos oponentes de unitários e federais, é ele um dos principais mentores da Argentina moderna. É ele quem introduz o tema da fronteira na literatura argentina, da “cor local”, tratando do “Deserto” (as terras dos pampas) e dos conflitos ali existentes, de *malones* (ataques de índios aos fortes e terras dos cristãos) e *contramalones* (contra-ataques dos brancos em terras indígenas), configurando paradigmas de representação de personagens fronteirços que se repetem em sua obra, dentro de esquemas mais ou menos fixos: o índio ou o negro (associados a forças demoníacas ou assimilados ao *reino natural*), a mulher (mediadora entre natureza e cultura), os heróis e mártires da pátria, associados aos unitários, e, finalmente, os inimigos da civilização – os federais – aliados ao caudilho Rosas.

Echeverría é figura emblemática do intelectual, pois seu projeto reúne uma série de elementos fundamentais da construção das nacionalidades, elaborando uma rede de oposições entre cidade, como eixo civilizatório, e o deserto, como espaço da barbárie. Ao mesmo tempo, remete à valorização do homem civilizado (que adota os cultuados valores europeus) em

oposição ao índio selvagem e ao negro traiçoeiro (deploráveis representantes da barbárie americana). Estes elementos estão presentes ao longo de toda sua obra – poemas, ensaios, cartas, narrativas. Ironicamente, em 1837, ano de publicação de *La cautiva* no volume *Las rimas*, se realiza a expedição do exército à região de Salinas Grandes, contra tribos de ranqueles, vorogas e araucanos. Em 1833 Rosas já comandara uma Campanha ao Deserto que constitui um primeiro passo para o extermínio daqueles povos, permitindo a incorporação dos “territórios livres”, ou seja, as terras de índios, à nação argentina. Entre as terras ocupadas pelos brancos e as das várias tribos indígenas se estende uma linha de fronteira que bem pode ser considerada como uma “zona de contato”, para usar o termo de Mary Louise Pratt (1999) na qual se estabelecem tanto alianças e trocas comerciais como se arma o cenário para a luta sangrenta. Seus limites estão demarcados, de um lado, pelas fortalezas dos *criollos*, os *fortines*; do outro, pelos acampamentos indígenas, as *tolderías*. Esta fronteira, mais que realidade geográfica, representa um espaço de luta entre dois universos inconciliáveis.

Echeverría, em seu clamor anti-rosista e pró-civilizatório, utiliza um recurso infalível para seduzir e convencer o público leitor: afinal, como ensinaria alguns anos depois Edgar Allan Poe: “a morte [...] de uma bela mulher é, inquestionavelmente, o mais poético tema do mundo” (ECHEVERRÍA, 1965, p. 915)<sup>3</sup>. Pois, no esboço de seus perfis femininos, o autor argentino apresenta nítida visão dicotômica – se de origem européia, branca, as mulheres são representadas como anjos da guarda, mães, esposas ou noivas sofredoras; se negras ou índias são comparadas a harpias ou auxiliares do demônio, participantes de *sabáticas* festas, como ocorre, respectivamente em *La Cautiva* e *El Matadero*, obras cujos fragmentos passariam a figurar em todas as antologias de literatura hispano-americana. Echeverría soube como ninguém mesclar os estilos de acordo com suas intenções estéticas; usará dos recursos idealizadores do Romantismo muitas vezes; afinal, é o introdutor oficial deste movimento nestas terras. Mas isto não o impede de, quando necessário, carregar nas tintas e antecipar recursos que o Naturalismo e o Expressionismo consagrariam. Maria, a cativa que mata um índio para garantir sua honra e foge do acampamento indígena onde estava prisioneira, carregando seu marido, o valente Brián, ferido em luta contra os indígenas, caminha através das intempéries e perigos do deserto, desenhado com traços dantescos, vencendo fogo, pragas, feras, até sair do labirinto e encontrar as salvadoras tropas unitárias, a quem entrega o corpo exangue do marido e diante das quais, cumprida sua missão, se entrega à morte. À mulher que entrou em contato com a barbárie, ainda que não tenha sido maculada, é vedado o reingresso na civilização. O dado, mais que simbólico, constituiu dura realidade para centenas de mulheres que foram raptadas durante séculos de luta pelo território americano.

Outro aspecto fundamental é a nítida contraposição maniqueísta entre o mártir, intelectual proscrito ou herói da nacionalidade, e o bode expiatório, assimilado às tribos indígenas ou aos federais. Ensina José Gil, em outro capítulo daquele mesmo fascículo da *Enciclopédia Einaudi*, dedicado à nação, que este personagem é fundamental para garantir a coesão do grupo, já que a ele se aderem todas as culpas, confundindo-se com o Mal. Seu expurgo, portanto, permite que a nação se revigore e reconstitua em sua integridade. Mas o mais significativo é a configuração do medo da alteridade. Echeverría re-elabora tópicos do imaginário cristão, em releitura de mitos de longa história, vinculados a martírio, cativo, sacrifício e heroísmo. Se, por um lado, a estratégia lhe permite consolidar um modelo de herói *recessivo*, ou seja, o mártir, aquele que é vitorioso ainda que supostamente derrotado, em paralelo com as circunstâncias históricas em que vive, por outro lado constrói um discurso sobre a alteridade que se

torna paradigmático. Por alteridade designamos especificamente as populações indígenas que habitavam na época o território do que hoje chamamos Argentina, combatidas por sucessivas campanhas militares ao deserto, até sua derrota em fins do século XIX, o que determinaria sua quase extinção e migração para os *confins* da Patagônia.

Os tipos esboçados por Echeverría se tornam obrigatórios a partir de então, ao se tratar da questão da conquista do Deserto. Estão presentes em obras clássicas, como no *Martin Fierro* – ali os índios tanto representam a negação total da civilização e último refúgio para os foragidos, na *Ida*, como o marco zero que possibilita a reconciliação do gaúcho com a nação, na *Volta*, consoante com as reviravoltas na relação entre Hernández e o poder –, obra significativamente eleita como a epopéia nacional, no Centenário da independência argentina. O paradigma galga novo patamar com a releitura *borgeana* do tema, expressa em poemas e contos, dos quais destacaria “Historia del guerrero y de la cautiva”, texto em que se mantém tanto a demonização do índio como o temor da regressão do civilizado ao bárbaro, personificado pela inglesa que se delicia ao beber o sangue ainda quente de um cavalo morto. Na obra de Silva, (2001), demonstramos que há outro texto que dialoga intensamente com Echeverría, ou melhor, com o temor da alteridade. Trata-se de “Juan Muraña”, que certa vez Borges selecionou como seu melhor conto<sup>4</sup>; nele reutiliza signos inequívocos como o punhal, a fragilidade feminina e a tese da justiça do assassinato, postulação agostiniana que legitimará o extermínio dos ameríndios, e que aqui já se vincula a outro momento da história latino-americana – trata-se do processo de branqueamento levado a cabo pelas elites liberais, através da imigração de europeus, e que acaba demonstrando sua falência, já que os que aqui aportam tampouco correspondem à representação que deles se fazia, vinculada ao camponês simplório e laborioso.

No decorrer do século XX, esses elementos são enriquecidos por novos componentes simbólicos. Talvez não seja mera coincidência o fato de que o gênero fantástico prospere com tanto vigor nas terras platinas. Afinal, como lembra Irene Bessièrre (1972), entre seus *motivos* está o medo da regressão, consubstanciado no jardim que retorna a mata selvagem, nas figuras dúbias, cuja humanidade fraqueja permitindo que aflore uma natureza selvagem e animalesca: o lobisomem, o vampiro; nas edificações luxuosas e ordenadas que se deterioram em ruínas (como as mansões da burguesia ascendente da virada do século XIX para o XX convertidas em *conventillos* (espaços similares aos cortiços brasileiros), enquanto seus utensílios suntuosos se amontoam hoje, nos antiquários do tradicional bairro portenho de Santelmo, lembrando antigas glórias. Certamente o imaginário platino não pôde esquecer a gravura de Schmidel sobre “A fome na Argentina”, em que expõe cenas de canibalismo entre conquistadores espanhóis, tamanha a miséria que sofreram; ou o fato de que Buenos Aires seria fundada duas vezes, pela total falência dos projetos de conquista naquelas terras em que se perderiam os espanhóis, não fora a ajuda das tribos locais.

A dimensão alegórica e o humor negro são elementos correntes na literatura platina e costumam desembocar em expressões fantásticas e surrealistas. Como afirma de modo certo Diego Viniarsky, em artigo pouco conhecido, “la historia del surrealismo en el Rio de la Plata es la historia de lo otro: de lo extranjero, de lo extraño, de lo ajeno. De todo eso puede dar cuenta la obra (la vida) del uruguayo Isidore Ducasse, que no es otro en realidad que el imaginario Conde de Lautréamont” (1996, p. 17), personagem cultuado pelos surrealistas. Por isso, também Cortázar, cronópio surrealista, terá como uma de suas obsessões o tema do duplo e do labirinto; é curioso observar, entretanto, que são recorrentes em suas obras as pontes, ainda que precárias, como as tábuas de madeira que Oliveira e Traveler improvisam entre suas jane-

las, em *Rayuela*. Dentre elas a mais significativa talvez seja a do conto *Lejana*, onde se abraçam, confundem e trocam de papéis a pequeno-burguesa portenha e a mendiga européia. O eu e o outro se fundem, afinal, para além das fronteiras?

#### 4 Fronteira – espaço agônico?

Deparamo-nos, afinal, com o sempiterno terror da mescla, da mistura, do contato e contaminação com o outro, o retorno à natureza selvagem, o pânico da desintegração, a destruição da ordem. Porque, afinal, a fronteira é espaço de conflito. Espaço agônico de confronto de diversidades, encontro desigual não somente porque é um espaço bélico, mas principalmente, conforme reflete Martins, a propósito dos conflitos de fronteiras no processo “expansionista” do território brasileiro, ainda vigente, “porque essa guerra põe em confronto, igualmente mortal, visões de mundo e definições do Outro que expressam uma rica e difícil diversidade de concepções do gênero humano” (MARTINS, 1997, p. 16), que, na maioria das vezes, infelizmente, não se resolve pela soma e acordo, mas pelo extermínio da diferença.

A fronteira revela, afinal, sua mais aterradora feição. Ele reflete: “Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela [...] o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas conseqüências (...) se estendem à sociedade inteira. No fundo, é exatamente o contrário do que proclama seu imaginário e o imaginário do poder” (MARTINS, 1997, p. 16). Mais que tudo, a fronteira marca os próprios limites do que seja ou não humano. No contato entre brancos e não-brancos, encontros e desencontros sempre se fizeram e seguem fazendo através de práticas desiguais, nas quais a mulher é geralmente a maior vítima. Se Echeverría contava o drama de uma Maria romântica, décadas atrás dezenas de outras “Marias” eram raptadas por populações indígenas de fronteira, em terras brasileiras. Significativamente o rapto é prática menos comum na sociedade branca, pois esta atua segundo uma lógica de extermínio; mas as indígenas porventura raptadas permanecem decididamente excluídas da sociedade dita civilizada, confinadas ao ambiente da família que a acolheu. Não por acaso em nosso romance de fundação *Iracema* morre, pois, se a mestiçagem era inevitável (ou menos pavorosa que a convivência com o negro, estigmatizado pela escravidão), a presença do componente índio era intolerável na sociedade em processo de branqueamento.

#### Conclusão

Em 2002, promoveu-se um Seminário sobre o tema *Civilização e Barbárie*, no Rio de Janeiro e em São Paulo, cujos trabalhos seriam pouco tempo depois publicados em volume homônimo. Francis Wollf, um dos palestrantes, começa seu texto, que discute as *civilizações da intolerância*, repetindo as eternas perguntas: “Quem é bárbaro? Quem é civilizado?”. Como alternativa possível, relembra a fórmula genial de Lévi Strauss: “É bárbaro aquele que crê na barbárie” (WOLLF apud NOVAES, 2002, p. 9). No início, bárbaro significava somente aquele que não falava grego, já sabemos. Paulatinamente o termo perde seu caráter neutro e se investe de camadas cada vez mais espessas de medo, preconceito e xenofobia, que só parecem se fortalecer com a passagem dos séculos.

O certo é que, na análise do tema, é preciso fugir tanto às tentações do perigo xenofóbico e excludente quanto de certa aceitação de práticas de opressão e humilhação em nome de uma visão estreita do relativismo cultural. Como sair deste impasse? Wollf propõe, claro, não uma resposta,

mas outra hipótese: “seria então bárbara toda cultura que não disponha, em seu próprio interior, de possibilidades que lhe permitissem admitir, assimilar ou reconhecer uma outra” (WOLFF apud NOVAES, 2002, p. 9).

À luz desta reflexão, podemos ponderar que a cidade ideal seria aquela que conseguisse abolir tanto suas muralhas externas como suas barreiras internas, mantenedoras de desigualdades e preconceitos de classe, raça, gênero ou opção sexual, proporcionando, assim, espaço para as diferenças, acolhendo a diversidade e se enriquecendo com o plural. Mas a história segue com suas contradições, encontros e desencontros, com suas fronteiras. Limites que aprisionam e nos interrogam com seu rosto bifronte e partido, entre o desespero e a esperança. Por isso a Arte continua tão necessária, pois nos ajuda a enfrentar nossos mais terríveis fantasmas, ao mesmo tempo em que suavemente destranca a porta de nossos mais cálidos e inconfessáveis desejos. Todos simplesmente humanos.

#### ABSTRACT

The border's question – both real and symbolic – is one of the fundamental aspects to understand the imaginary and history of Latin America. During the process of constitution of independent nations, in the XIX century, the “lettered city” reorganizes itself and fills the emptiness of speech through the production of a unifying and homogenizing national imaginary. Intellectuals propose a representation of alterity by delimitating social papers and establishing processes of inclusion or exclusion of their “ideal city”.

**Keywords:** Border. Alterity. City. Intolerance.

#### Notas explicativas

- <sup>1</sup> A primeira versão deste trabalho, intitulada “A cidade ideal: fronteiras reais/ fronteiras simbólicas” foi publicada no Cd-rom *Cadernos Neolatinos*, ano IV, n. 3, setembro de 2005, relativo aos Anais da 5ª Semana de Letras Neolatinas: Saberes em Movimento, realizado na Faculdade de Letras da UFRJ. Em minha Tese de Doutorado (SILVA, 1999) analisei a questão da fronteira na Argentina e o tratamento literário do tema em *La cautiva*, vinculados à construção do imaginário nacional argentino e a um padrão de representação do índio que ali se institui, de caráter marcadamente “indianóforo”.
- <sup>2</sup> O comentário foi feito em mesa-redonda sobre tradução realizada durante o evento acima citado.
- <sup>3</sup> A propósito, em 1845 Edgar Allan Poe comentará em *Filosofia da Composição*, artigo em que explica as técnicas utilizadas na elaboração do poema narrativo *O Corvo*, que um dos motivos mais pungentes para o público leitor seria a morte de uma bela mulher. Ressalte-se, já aqui, o rechaço à imagem idealizada que se fazia (e muitos continuam fazendo) quanto à predominância da “sublime” inspiração sobre a árdua tarefa de artesanato do texto literário, algo que também Mário de Andrade lembrará, já no século XX.
- <sup>4</sup> Em relação à eleição do conto Juan Muraña por Borges, encontra-se no livro *Mi mejor cuento* publicado pelas Ediciones Orion (Buenos Aires: 1983). Constam, além de Borges, entre outros, Bioy Casares, Antonio di Benedetto e Manuel Mujica Lainez. Cada conto é precedido por um texto em que o autor comenta sua escolha. Nas palavras – sempre irônicas – de Borges: “Desde luego la palabra mejor carece de un sentido constante: depende del lector, del ánimo y del momento. ‘Juan Muraña’ me gusta porque me trae antiguas memorias de mis orillas de Palermo, el del protagonista y el de Carriego, y sobretudo por la idea de que los hombres pueden dar a las cosas una vida tenaz que sobreviva a su corrupción corporal. En mi relato, el cuchillo es el ejecutor de la muerte del gringo, no la vieja mujer desvalida. La misma fantasía se encontrará en las páginas de ‘El encuentro’” (BORGES, 1983, p. 73).

#### Referências

AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus*. Contra os pagãos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 2 v. (Pensamento humano).

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. (Introdução de Benedict Anderson). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARTRA, Roger. *El salvaje en el espejo*. México: UNAM, 1992.
- BÉSSIÈRE, Irene. *Le recit fantastique*. Paris: PUF, 1972.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1989. 3 tomos.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CORTÁZAR, Julio. *Rayuela*. 9. ed. Madrid: Cátedra, 1994.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DELUMEAU, Jean. *Une histoire du paradis. Le jardin des délices*. Paris: Fayard, 1992.
- DESCOLA, Philippe. A selvageria culta. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 107-124.
- ECHEVERRÍA, Esteban. *Obras completas*. 2. ed. Buenos Aires: Zamora, 1972.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, José. Nação. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. 14. Estado-guerra. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989. p. 306-317.
- \_\_\_\_\_. *Mitos y utopías del descubrimiento*. 3. El Dorado. Madrid: Alianza, 1989.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. (selección y prólogo). *Proyecto y construcción de una nación*. (Argentina, 1846-1880). Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.
- HERNÁNDEZ, José. *El gaucho Martín Fierro*. La vuelta de Martín Fierro. Madrid: EDAF, 1983.
- JOZEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves/ Ed. UFRJ, 2005.
- LIENHARD, Martin. *La voz y su huella*. Escritura y conflicto étnico-social em América Latina (1492-1988). La Habana: Casa de las Américas, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1997.
- NOVAES, Adauto. Civilização e barbárie. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Civilização e barbárie*— ciclo de conferências (caderno de resumos). Rio de Janeiro: Artepensamento, 2002. Ciclo de conferências realizadas de 26 de agosto a 30 de setembro – Espaço Maison de France (RJ) e Colégio de São Paulo (SP).
- \_\_\_\_\_. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- POE, Edgar Allan. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1965.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RATTO, Silvia. *Índios amigos e índios aliados*. Orígenes del “negocio pacífico” en la provincia de Buenos Aires (1829-1832). Buenos Aires: UBA, 1994. (Cuadernos del Instituto Ravignani, 5).
- ROTKER, Suzana. *El ensayo hispanoamericano del siglo XIX*. México: Siglo Veintiuno, 1994.

- MARTÍNEZ SARASOLA, Carlos. *Nuestros paisanos los índios*. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1996.
- SILVA, Cláudia Luna. *Indianismo romântico e projetos nacionais na literatura hispano-americana do século XIX*. 1999, 265f. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Hispânicas), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- \_\_\_\_\_. La cautiva. In: CÁRCAMO, Silvia (Org.). *Mitos españoles: imaginación y cultura*. Rio de Janeiro: APEERJ, 2000. p. 135-142.
- \_\_\_\_\_. Cativos no espelho: Borges lê Echeverría. *Gragoatá*, Niterói, n. 10, p. 151-163, 1. sem. 2001.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- VINIARSKY, Diego. La otra orilla. *El perseguidor*: revista de letras, Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 16-18, out-inv.1996.
- VIÑAS, David. *Indios, ejército y frontera*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1982.
- ZEA, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a barbárie* seguido de *A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. 14. Estado-guerra. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989. p. 306-317.

